

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal da Tarde Class.: 12Data 27 de Outubro de 1988 Pg.: 14

## Uma discutível (e destruidora) usina no rio Xingu

Um dossiê contesta a necessidade da usina Cararaó-Babaquara, da Eletronorte, que vai custar US\$ 11 bilhões.

Um grupo de 23 pesquisadores e técnicos especializados preparou um dossiê multidisciplinar de 190 páginas onde questiona a necessidade da construção, pela Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), do complexo hidrelétrico Cararaó-Babaquara, na região amazônica, com um investimento de 11 bilhões de dólares.

Distante das regiões ecologicamente destruídas e bombardeado pelas ameaças de racionamento de energia, o brasileiro costuma aceitar sem discutir os números apresentados pela Eletronorte com relação à necessidade de construção de novas usinas na Amazônia. E ninguém pergunta quem vai pagar a conta: ao todo, serão necessários 150 bilhões de dólares em investimentos — sem considerar as taxas e juros — para atender uma demanda estimada em 100 milhões de quilowatts/hora para o ano 2000. Atualmente, o País produz cerca de 47 milhões de quilowatts/hora e não dispõe de recursos internos para investir, dependendo de novos empréstimos internacionais para executar essas obras.

O dossiê "As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas" foi organizado pelas antropólogas Leinad Ayer O. Santos e Lúcia M. M. de Andrade e editado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Seu objetivo é contestar a construção da maior e mais problemática usina projetada pela Eletronorte: o complexo hidrelétrico do Cararaó-Babaquara, da região de Altamira, no rio Xingu. Conforme os planos da própria Eletronorte, o lago do Cararaó deve alagar 1.500km<sup>2</sup> (comparável a Itaipu) e gerar 8.400mw (70% da potência instalada de Itaipu). O lago de Babaquara deve alagar 6.500km<sup>2</sup> (quase três vezes Tucuruí) e gerar 6.300mw (um pouco menos do que a potência planejada para Tucuruí). Ou seja, pretende-se construir até 1998 uma obra do porte de Tucuruí e Itaipu juntas, para obter uma potência bem menor do que a soma delas, em nome de um provável déficit de energia para os próximos anos.

"A alegação do déficit de energia é uma chantagem, totalmente criada para justificar os novos investimentos no setor elétrico", afirma o engenheiro mecânico e dou-

tor em Geografia Humana, Oswaldo Sevá, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Segundo ele, as necessidades de energia estimadas pela Eletronorte baseiam-se num crescimento industrial da ordem de 10% ao ano, equivalente ao experimentado na década do milagre (anos 70). "Existem muitas soluções alternativas ao alto consumo de energia elétrica do País, alternativas até fáceis", diz José Goldemberg, reitor da USP. "Basta fazer com que as indústrias paguem o preço real da eletricidade, por exemplo. Só com a redução do desperdício, o consumo cairia em 30%."

As contas da hidrelétrica de Tucuruí, na ponta do lápis, reforçam a colocação do reitor da USP: já na sua construção, Tucuruí contou com o bolso dos cidadãos comuns. Os primeiros 500 milhões de dólares destinados à obra, em março de 1974, foram retirados de um subsídio à compra de petróleo. Para a Petrobrás não sair prejudicada, ganhou um aumento de 32% no preço da gasolina, repartindo então a conta com o incauto consumidor urbano.

E a quem serve Tucuruí? Defendida

como a solução para as ameaças de racionamento de energia na região Nordeste e como fonte principal de energia para as cidades de Belém e São Luiz, na verdade, ela serve prioritariamente a três grandes empresas: a Albrás (fundição de alumínio da Companhia Vale do Rio Doce e empresas japonesas); a Alumar (produção de alumínio e alumina da Alcoa, Camargo Correa e Shell) e ao projeto Carajás (da Companhia Vale do Rio Doce).

### Custo subdimensionado

Como se não bastasse, o preço da energia pago pelos três consumidores preferenciais de Tucuruí é inferior ao seu custo. Conforme o físico Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as fundições de alumínio estariam pagando algo em torno dos 17 milésimos de dólar por quilowatt/hora consumido, contra um custo real de aproximadamente 45 milésimos de dólar por quilowatt produzido.

Além de um preço final diferenciado, o consumidor urbano também paga a diferença dos custos de construção subdimensionados. Ao confrontar os vários números

oficiais, verifica-se que Tucuruí foi projetada para custar 1,2 bilhão de dólares e não saiu por menos de 4,6 bilhões. E Itaipu passou dos 5 bilhões de dólares iniciais para 15 bilhões. Agora a Eletronorte está planejando um investimento de 11 bilhões de dólares para Cararaó-Babaquara, sem contar as linhas de transmissão e serviço da dívida. "A história da Eletronorte não lhe dá credibilidade para sustentar um número desses", protesta o engenheiro Fernando Augusto Cunha, coordenador de energia do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Para ele, a nova obra vai custar, no mínimo, 3 a 4 vezes mais, como é tradição no setor hidrelétrico do Brasil. "O complexo Cararaó-Babaquara é um elemento de tal porte na economia, que pode condicionar o desenvolvimento do país por décadas", diz Cunha. Fernando Cunha desabafo: "É fácil trabalhar com um custo que seja qual for, é repassado ao consumidor. Queria ver eles assumirem uma obra dessas com capital próprio: o País não aguenta mais financiar o sonho de malucos, sinto muito".